



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. NELSON BORNIER)

ASSUNTO:

Permite a utilização de percentual do saldo da conta vinculada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para o pagamento de mensalidades escolares.

DESPACHO: APENSE-SE AO PL. 913/91

AO ARQUIVO

em 23 de JULHO de 19 96

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

96

DE 19

2.117

PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 1996

(DO SR. NELSON BORNIER)

Permite a utilização de percentual do saldo da conta vinculada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para o pagamento de mensalidades escolares.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 913/91

Em 02/07/96

PRESIDENTE



PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 1996.

Permite a utilização de percentual do saldo da conta vinculada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS para o pagamento de mensalidades escolares.

Do Sr. NELSON BORNIER

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20, da Lei nº 8 036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte item IX:

"Art. 20.....

.....



IX - para o pagamento comprovado de mensalidades escolares do próprio trabalhador ou de dependentes, até o limite de trinta por cento do total do saldo da respectiva conta vinculada".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos

J U S T I F I C A Ç Ã O

A filosofia que inspirou a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos idos de setembro de 1966, configurou esse instituto como não apenas uma alternativa à estabilidade no emprego, mas também um pecúlio que é cons



tituído em nome do trabalhador, cujo saldo pode ser utili
zado em algumas ocasiões especiais, expressamente previs -
tas na legislação pertinente.

Pois bem, a Lei nº 8 036, que disciplina a matéria, e
que modificou profundamente a de nº 5 107, que criou o
FGTS, estabelece, em seu art. 20, as hipóteses em que
o trabalhador pode movimentar sua conta vinculada.

Nesse contexto, o objetivo desta proposição é inserir,
dentre tais casos, a possibilidade de utilização de até
trinta por cento do saldo em questão para o pagamento com
provado de mensalidades escolares do próprio trabalhado r
ou de dependentes.

Trata-se, a nosso ver, de providência de interesse ge
ral, pois ensejará melhor nível de escolarização e, conse
quentemente, trabalhadores melhor qualificados, e que ho
je encontram-se impossibilitados de estudar devido ao ele
vadíssimo valor das mensalidades escolares.

Por essas razões, temos plena convicção de que esta



propositura merecerá o beneplácito de nossos ilustres Pa
res.

Sala das Sessões, aos

02/Jul/96


Deputado NELSON BORNIER



LEI Nº 8.036 – DE 11 DE MAIO DE 1990¹

*Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras providências*

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:



a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, nesse caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta.

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

- *Inciso acrescido pela Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994 (D.O. 26-07-1994).*

LEI Nº 5.107 — DE 13 DE SETEMBRO
DE 1966

*Cria o Fundo de Garantia do Tempo
de Serviço, e dá outras providências.
O Presidente da República*

PL.-2117/96

Autor: NELSON BORNIER (PSDB/RJ)

Apresentação: 02/07/96

Prazo:

Ementa: Projeto de lei que permite a utilização de percentual do saldo da conta vinculada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço _ FGTS _ para o pagamento de mensalidades escolares.

Despacho: Apense-se ao PL. 913/91

NUMERO NA ORIGEM : PL. 00954 1995 PROJETO DE LEI (CD)

ORGÃO DE ORIGEM : CAMARA DOS DEPUTADOS

14 09 1995

CAMARA : PL. 00954 1995

DEPUTADO : AIRTON DIPP.

PDT

RS

AUTOR EMENTA ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 20 DA LEI 8036, DE 11 DE MAIO DE 1990, PARA PERMITIR MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA NO FGTS NO CASO QUE ESPECIFICA.

(PARA PAGAMENTO DE MATRICULA E DE MENSALIDADES ESCOLARES, EM ESCOLAS DE NIVEL SUPERIOR, PARA SI PROPRIO E/OU DEPENDENTE).

INDEXAÇÃO ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, (FGTS).

AUTORIZAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO, CONTA VINCULADA, (FGTS), OBJETIVO, PAGAMENTO, MATRICULA, MENSALIDADE, ESTABELECIMENTO DE ENSINO, ENSINO SUPERIOR, CURSO SUPERIOR, FACULDADE, INCLUSÃO, DEPENDENTE.

LEGISL-CITADA

LEI 008036 DE 1990

ULTIMA AÇÃO

ANXDO ANEXADO

02 10 1995 (CD) MESA DIRETORA

APENSE-SE AO PL. 913/91.

TRAMITAÇÃO

14 09 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
APRESENTA ÇÃO DO PROJETO PELO DEP AIRTON DIPP.
02 10 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
LEITURA E PUBLICA ÇÃO DA MATERIA.
DCN1 03 10 95 PAG 0035 COL 01.

I0607* FIM DO DOCUMENTO.

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00012 1991 PROJETO DE LEI (SF)
ORGÃO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 20 05 1991

CÂMARA : PL. 00913 1991

SENADOR : MARCO MACIEL.

PFL PE

AUTOR EMENTA ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
(ESTENDENDO O DIREITO AO FGTS AOS TRABALHADORES RURAIS).
- PODER TERMINATIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

DESPACHO INICIAL

(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)

(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

PROPOS-ANEXADAS

PL. 02521 1989	PL. 04664 1990	PL. 04952 1990	PL. 05542 1990
PL. 05790 1990	PL. 00021 1991	PL. 00043 1991	PL. 00146 1991
PL. 00340 1991	PL. 00360 1991	PL. 00417 1991	PL. 00461 1991
PL. 00718 1991	PL. 01040 1991	PL. 01334 1991	PL. 01378 1991
PL. 01409 1991	PL. 01559 1991	PL. 01633 1991	PL. 01761 1991
PL. 01831 1991	PL. 01851 1991	PL. 01878 1991	PL. 01929 1991
PL. 01952 1991	PL. 02219 1991	PL. 02257 1991	PL. 02547 1992

PL.009131991 DOCUMENT=	1 OF	1	PAGE =	2 OF	2
PL. 02607 1992	PL. 02713 1992		PL. 02879 1992	PL. 03670 1993	
PL. 03006 1992	PL. 03113 1992		PL. 03246 1992	PL. 04068 1993	
PL. 04191 1993	PL. 04165 1993		PL. 04209 1993	PL. 04628 1994	
PL. 03921 1993	PL. 04037 1993		PL. 03982 1993	PL. 03976 1993	
PL. 03944 1993	PL. 04659 1994		PL. 04586 1994	PL. 04628 1994	
PL. 04805 1994	PL. 00060 1995		PL. 00249 1995	PL. 00555 1995	
PL. 00618 1995	PL. 00954 1995		PL. 01175 1995	PL. 01232 1995	
PL. 01251 1995	PL. 00271 1995		PL. 01264 1995	PL. 01556 1996	
PL. 01617 1996	PL. 01625 1996		PL. 01540 1996	PL. 01556 1996	
PL. 01362 1995	PL. 01757 1996		PL. 01767 1996		

ULTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
 14 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
 RELATOR DEP PAULO ROCHA.
 DCN1 15 03 95 PAG 3364 COL 01.

I0601* FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLE ENTER OU OUTRO COMANDO.